

A ÍNDIA: SEMIPERIFERIA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL¹

José Maurício Domingues

Resumo

A Índia, após a independência, articulou um estado desenvolvimentista amorfo mas bastante bem sucedido, que permitiu posicionar-se em uma emergente semiperiferia do sistema capitalista global. Desde os 1990 certas aberturas neoliberais e em áreas de tecnologia avançada (nomeadamente software) tiveram lugar, mas não houve alteração na posição do país. Ao contrário de abordagens mais entusiasmadas, em geral de fundo neoclássico, argumenta-se aqui que a Índia, mantém-se na periferia, bastante dependente e relativamente subdesenvolvida, participando ainda do padrão global de acumulação flexível e polarizada.

Alguns marcos conceituais

O ponto de partida para a análise da economia indiana neste texto se baseia em dois corpos teóricos principais. Em primeiro lugar a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969). Dela recolherei as idéias de desenvolvimento e subdesenvolvimento – implicando graus distintos de diferenciação das economias de cada país, posta em relação umas com as outras, de modo comparativo. Absorvo ademais as idéias de centro e periferia e dependência, as primeiras referindo-se à função

¹ Este texto é uma versão traduzida e adaptada do capítulo 5 de José Maurício Domingues, *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: towards a Renewal of Critical Theory*. New York e London: Routledge, 2012.

que cada país cumpre na economia global, a segunda ao grau de controle que sustenta em relação às decisões econômicas que o afetam. A idéia de desenvolvimento dependente e associado deve ser sublinhada também, como uma possibilidade que historicamente emergiu na América Latina. Enfim a tese de que os graus de desenvolvimento dependem dos tipos de aliança que se tecem em cada país e o tipo de aposta que podem então fazer é ademais fundamental, inclusive para precisar algumas idéias do segundo corpo teórico a ser em seguida mobilizado. Antes disso, vale assinalar que – de alguma maneira refletindo aquele tipo de desenvolvimento dependente e associado – a teoria do sistema mundo de Wallerstein (1975; ver também Chase-Dunn, 1998) introduziu a idéia de semiperiferia, para tratar dos países que evidenciavam um misto de atividades características do centro e da periferia, pondo-se a meio caminho entre as duas.

O segundo corpo bibliográfico eu aqui comparece é o da Teoria da Regulação francesa (Boyer, 1986; Boyer e Saillard, 2002). Três eixos são fundamentais em sua definição de um “modo de desenvolvimento” – incluindo “regulação” e “acumulação” – calcado na estabilização de conflitos sociais que permitem então um processo de valorização do capital mais ou menos suave. Para o primeiro, formas de propriedade, regras do jogo, padrões de relação entre o capital e o trabalho são fundamentais. No que tange ao segundo, a articulação entre os departamento I – meios de produção – e II – bens de consumo – é decisiva, ao que se pode aduzir um departamento III – de bens de consumo de luxo ou mais sofisticados (como fizeram alguns marxistas, como Mandel, 1972). Além disso, o padrão de consumo que sustenta a acumulação pode ser intensivo ou extensivo, o primeiro implicando mercados com acesso amplo dos trabalhadores a bens diversos, o segundo, a abertura de novos mercados, em geral incluindo maior concentração da riqueza.

Em termos de diagnóstico da economia global, em que a Índia se insere, trata-se hoje do que se pode definir como um *capitalismo de acumulação flexível e polarizada* socialmente, isto é, com processos que se puseram para além da produção de massa fordista e com alta concentração global da riqueza, além de contar com um peso enorme para inovações tecnológicas pesadas nos países centrais e a dominância do capital financeiro (ver Domingues, 2011 e 2012, Parte II). Isto posto, passemos à análise da trajetória da economia indiana, a qual aqui e ali contraporei à de outros países do sul da Ásia – localizando-se ela firmemente na semiperiferia, ao passo que estes se encaixam diretamente na periferia do sistema global.

O desenvolvimentismo nacional como ruptura

Lar de trajetórias civilizacionais tão antigas quanto às da China, embora muito mais fragmentadas, a Índia tem sido objeto de argumentos similares àqueles feitos em relação àquela, conquanto com muito menos intensidade. Alguns afirmam que o subcontinente índico tinha uma poderosa economia doméstica, “indústria”, ou seja, produção artesanal de têxteis de algodão, e extenso comércio; e que foi impedida de florescer no momento decisivo pelas imposições do colonialismo britânico, em particular do livre comércio externo a que foi forçada pelo poder imperial, o que levou à destruição daquele consistente sistema regional de produção (Frank, 1998; Goody, 2004). Outros permanecem tão cétricos em relação ao subcontinente índico quanto no que tange à China, argumentando que nenhuma indústria lá jamais se desenvolveu, e que de modo geral esses argumentos e dados não são confiáveis (Amsden, 2001, p. 50; Roy, 2002). Max Weber (1920b) foi até mesmo mais severo em sua avaliação da Índia que da China, asseverando que um forte “tradicionalismo” e o ascetismo extra-mundano

da vida religiosa e social hindu, altamente ritualizada, com além disso uma perspectiva estratificada e anti-individualista, mercê da existência das castas, inteiramente bloqueou o desenvolvimento do capitalismo e da modernidade no subcontinente (onde historicamente Parsis, Jains e castas mercantis se especializavam no comércio). Com efeito, as realizações do subcontinente são menos brilhantes que as da China e, a despeito da existência de significativa produção artesanal e comércio de longa distância, parece não fazer nenhum sentido falar de algo semelhante à modernidade emergindo aí independentemente da pressão e influência ocidentais. Mais uma vez, não obstante o esplendor índico, insistir em uma passagem autônoma para a modernidade e um similar tipo de desenvolvimento econômico é uma estranha forma de contrapor-se ao eurocentrismo.

Por outro lado, as políticas econômicas coloniais de modo algum ajudaram no desenvolvimento da Índia. Ao passo que a Europa e em especial a Grã-Bretanha aprofundavam uma sorte de modernidade liberal, o colonialismo era a moldura envolvente de sua primeira fase. O *laissez faire*, tão pouca intervenção estatal como possível, salvo alguma em infra-estrutura, estendendo a irrigação, e apoio à construção de ferrovias; exploração intensificada dos camponeses e a criação de novas classes latifundiárias – representadas por *antonomásia* pelos *zamindars* no norte da Índia –, com uma divergência entre regiões se abrindo na produtividade da terra e a extensão da pobreza: tudo sobreveio de permeio com as políticas de livre comércio que devastaram a indústria artesanal de têxteis nativa, enquanto que a produção de comida tendia também a declinar. Ao menos um mercado nacional foi criado, também para o trabalho livre, mas o capital era escasso, o trabalho ineficiente, os recursos técnicos e as fontes de energia, limitados. Apenas nas áreas costeiras alguma indústria leve se desenvolveu e alguns empreendedores emergiram, enquanto que o artesanato e manufaturas

tradicionais medraram em algumas ramas, sempre intensivas em trabalho, reproduzindo o padrão pré-colonial que o subcontinente compartilhava com o leste da Ásia e a Europa antes da virada em que o capital tornou-se abundante e o trabalho, escasso. Some-se a isso que a ascensão industrial da Alemanha fez com que algumas medidas protecionistas fossem aplicadas. O crescimento econômico foi real, embora limitado, em especial durante o período colonial tardio, até a depressão do entre-guerras; os salários subiram em alguns ramos da produção urbana também (Roy, 2002; Kohli, 2004, pp. 247-60ss).

Foi então que a Índia embarcou em seu caminho de modernização econômica. O Mahatma Gandhi apoiava um tipo de swadeshi (auto-suficiência) simbolizado pela fiandeira tradicional, como meio de lutar contra a ocupação britânica, e centrada no que ele julgava o coração verdadeiro da vida indiana, suas aldeias, com produção artesanal, e uma recusa da industrialização. Isso significaria de algum modo a reprodução da indústria artesanal intensiva em trabalho que anteriormente caracterizara a região. Contudo, uma rota diferente foi escolhida. O planejamento, a industrialização pesada e pequenas empresas foram os eixos dos novos giros modernizadores que deveriam levar a Índia resolutamente para a segunda fase da modernidade, neste caso também pós-colonial, caracterizando seu “estado desenvolvimentista”, quaisquer que fossem suas limitações. Ao menos retoricamente este dirigiria o país ademais rumo ao socialismo, jamais realizando, todavia, qualquer coisa como uma ruptura com o capitalismo ou sequer reduzindo as desigualdades sociais. O Paquistão – que inicialmente incluía o que é hoje Bangladesh – tentou, com a Partição, encontrar seu próprio rumo econômico.

O planejamento começou na verdade antes da independência e, a despeito da ascendência política de Gandhi sobre o Partido do Congresso, ele representou fundamentalmente o modernismo radical de Jawaharlal Nehru, duas alternativas que

derivavam do poderoso movimento anti-colonial e nacionalista. O Comitê Nacional de Planejamento começou a trabalhar na industrialização do país, que repousaria na produção de aço, na energia atômica e em grandes represas hidroelétricas – os novos “templos da Índia moderna”, na visão de Nehru –, como os principais meios de lograr a swadeshi, conquanto de maneira totalmente diferente da de Gandhi. Um Departamento I da economia foi perseguido também, fazendo da Índia um dos dois países da então periferia, à qual pertencia, que era capaz de produzir máquinas que fazem máquinas, malgrado sua baixa sofisticação (o outro sendo o Brasil). A centralização das decisões políticas e dos recursos era necessária para alcançar isso, como também a presença do estado como produtor direto de bens de capital, aço e algumas matérias primas básicas. A colaboração com a União Soviética, entre outros países, caracterizou este longo período, que se estendeu de fins dos anos 1940 a fins dos anos 1970. No que concerne ao restante da economia, os pequenos negócios foram promovidos e somente umas poucas grandes firmas nacionais medraram. O grupo Tata se encontrava entre aqueles poucos a expandir seu império, incluindo aço e veículos automotores. O consumo era baixo, por falta de renda e graças ao fechamento do mercado interno às companhias transnacionais, bem como a tarifas altas e ao protecionismo, ao que convém agregar uma atmosfera ascética vinculada à tradição índica e ao etos do movimento nacionalista, expressos na modéstia explícita de Gandhi. Muito pouco da reforma agrária foi efetivada, salvo em Bengala ocidental e Kerala, uma vez que os estados, não o centro, controlavam esse processo, e os potentados rurais eram parte da base de suporte do Partido do Congresso. O estado foi de suma importância também em outros aspectos, em especial para a regulação da economia privada, com obstáculos burocráticos enormes expressos antes de tudo pelo infame sistema de licenças e permissões. Talvez uma má-vontade brâmane perante as atividades econômicas possa ser detectada no

Partido do Congresso e no novo serviço burocrático civil, que fora herdado diretamente do estado colonial, porquanto não tivesse havido ruptura revolucionária.² A criação de um sistema universitário bastante sofisticado de pesquisa foi outro elemento crucial na concepção nehruviana de uma Índia poderosa em face do futuro. Uma estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI) foi seguida e o Investimento Externo Direto (IED) cumpriu papel efetivamente menor na economia do país. Mais tarde sobreveio uma revolução verde, beneficiando 10% dos distritos rurais da Índia, por meio de fertilizantes e da irrigação, revertendo uma situação ameaçadora de iminente falta de alimentos. Os bancos foram nacionalizados por Indira Gandhi, ampliando o alcance do poder do estado. Tudo somado, o crescimento manteve-se relativamente baixo, especialmente na virada dos anos 1960 para os 1970 – problema capturado pela nada elogiosa expressão “a taxa de crescimento hindu” (Kochanek, 1985; Kaviraj, 1988 e 1997; Bardhan, 1992 e 2009, em especial pp. 85-6; Chatterjee, 1993, cap. 10; Vithal, 1998; Hasan, 2000; Amsden, 2001, p. 157; Kohli, 2004, pp. 261-73; Desai, 2007; Guha, 2007, cap. 10 e pp. 442-43, 436, 466-8, 473 e 528-29; Sharma, 2009, pp. 27-38).

Mas as bases uma economia diversificada e em grande medida auto-centrada foram estabelecidas durante a segunda fase da modernidade da Índia, um dos países

² A administração civil era esmagadoramente recrutada entre os brâmanes, e algumas outras castas superiores; isso tem mudado, claro que também graças à ação afirmativa. Por outro lado, os grupos que anteriormente compunham as classes comerciais deram origem em grande medida aos modernos empresários da Índia, embora agora isso tenha mudado muito. As castas mais baixas e os dalits provêm a maior parte das classes trabalhadoras e do campesinato. Ver Singh, 1986, pp. 141-56.

mais bem-sucedidos na periferia do sistema global, o qual abraçara um forte projeto nacional, nos quadros do capitalismo, mas tentando mudar sua posição aí, incluindo uma parcial auto-suficiência na produção de armas. A Índia enfrentava o mesmo problema de outros países grande, com elementos agravantes relativos às tendências centrífugas no seio de uma entidade tão grande e complexa, na qual a penetração do estado na sociedade, seu poder “infra-estrutural”, ia de encontro a severos limites. Estes eram dados também pela própria dinâmica da burocracia e o poder dos velhos e grandes proprietários agrários, nunca de fato deslocados, seus sucessores consistindo, quando seu poder acabou por ser mitigado em algumas regiões, de fazendeiros médios que queriam monopolizar recursos e continuar explorando os camponeses mais pobres. A história da Índia independente, porém, em especial se comparada à da periferia de modo geral – e não apenas com a dos países mais bem-sucedidos, em geral menores, do leste da Ásia – é incontestavelmente exitosa. É igualmente interessante notar que isso foi realizado com uma norma de consumo que o manteve baixo inclusive para as classes médias, enquanto que as amplas massas pobres mal passavam do mínimo para sua sobrevivência.

À medida que a economia indiana começou a esmorecer nos anos 1970 uma parcial liberalização foi ensaiada, sem convicção e sem maiores conseqüências. Ademais, enquanto o “Terceiro Mundo” era sufocado por uma crise financeira a Índia, atingida pela crise do petróleo, não tinha uma grande dívida externa, com o mercado externo mostrando também importância reduzida. A década de 1980 foi testemunha de um crescimento industrial intenso e o país se tornou uma destinação para empréstimos baratos– que somente depois criariam problemas –, atrasando um pouco a necessidade do país de encarar a muito transformada situação do capitalismo global. Na verdade o nacionalismo se fortaleceu e companhias como a IBM e a Coca Cola deixaram a Índia.

Entretanto, o envolvimento com a indústria florescente de informática e de computadores começou a sério. Também o padrão de consumo da classe média começou a mudar, crescendo acentuadamente, se diversificando, polarizando e globalizando, assumindo o padrão extensivo de consumo que derivava do centro, ao passo que a pobreza permaneceu tão profunda como antes, vinculada às estratificações de casta e de classe que se entrelaçavam. Os departamentos II e inclusive III da economia ganharam força daí em diante (Guha, 2007, pp. 580-83, 682-5 e 689-90; Pedersen, 2008, pp. 85-7; Sharma, 2009, pp. 38-40; Fernandes, 2006).

Liberalização limitada e avanços tecnológicos

A Índia era percebida, até a crise do balanço de pagamentos de 1991, como uma das economias mais fechadas do mundo, afora o campo “socialista”. Esse ano supostamente testemunhou uma mudança em suas políticas, com implicações de grande alcance. Todavia, na verdade as reformas parecem haver começado nos anos 1980: enquanto que a Nova Política Econômica (NPE) ironicamente implantada pelo partido nacionalista hindu, em larga medida consolidou a mudança vis-à-vis a era nehruviana, a perspectiva mais amigável aos empresários e a estratégia em que se fundamentava datava já de uma década. Na realidade muito das reformas foi feito “furtivamente” (Bardhan, 2000; Kohli, 2006). Foi assim que, em face de um meio claramente cambiante, que incluía deslocamentos tecnológicos e o fim da União Soviética, bem como estagnação interna, o modelo de modernidade organizada estatalmente foi abandonado e formalmente a terceira fase da modernidade começou na Índia, em grande medida como uma questão de escolha interna, antes que pressão externa.

Seja como for, essas reformas cumulativas abriram o país para o IED na maioria dos setores da economia, bem como para investimentos em portfólio, e facilitaram a

entrada do capital privado, inclusive o grande capital, na maioria de suas áreas, dando cabo do grosso do sistema de licença e permissões. O sistema financeiro, conquanto seguindo basicamente como propriedade do estado, teve mais espaço para capitalizar suas operações e viu bancos estrangeiros se estabelecerem. O comércio foi liberalizado, as barreiras tarifárias drasticamente reduzidas. A agricultura continuou a ser protegida, sem que o capital estrangeiro fosse aí permitido, enquanto que leis trabalhistas estritas (para o na verdade bastante reduzido setor formal) experimentaram pouca alteração. Ou seja, o que trazia benefícios para os negócios e as classes médias profissionais, as castas altas de modo geral, foi concretizado; o que podia ferir os interesses dos pobres e dos grupos vinculados ao setor rural foi diluído ou adiado, embora o trabalho organizado tenha sido, por assim dizer, “domesticado”. A reforma na Índia foi de fato muito menos radical e se desdobrou muito mais vagarosamente que alhures. O peso do passado nacionalista, como uma forma de dependência de trajetória política e cultural, é patentemente visível no alcance das reformas neoliberais, impulsionadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Junto às reformas como tal, outros elementos estiveram provavelmente presentes, desempenhando um papel ao menos tão importante na aceleração da taxa de crescimento desde os anos 1980: baixa dívida externa, o estabelecimento de uma forte base de bens de capital, infra-estrutura industrial básica e treinamento e pesquisa em ciência e tecnologia, bem como mais investimentos e maior produtividade. De modo geral a privatização em particular não ocorreu e o capital estrangeiro não avançou na economia indiana. Apesar do aumento do consumo, o país ainda se caracteriza por poupança alta. A indústria, que poderia oferecer postos de trabalho, como tem sido de maneira geral o caso globalmente, ainda depende sobretudo de firmas pequenas, informais e bastante improdutivas, não sendo realmente competitiva internacionalmente – com a exceção de uns poucos grandes

conglomerados, que operam inclusive na indústria automobilística. Ou então pertence ao estado, compartilhando alguns dos mesmos problemas. Mas não foi desnacionalizada. Alguns, como grande entusiasmo, a vêem como passando por completa reestruturação, porém isso é altamente duvidoso. Finalmente, à infra-estrutura não foi realmente atribuída prioridade, ficando ela defasada em relação ao que deveria ser para dar suporte ao desenvolvimento, enquanto que o investimento público e a produtividade vêm de modo geral declinando desde os anos 1990 (Kochanek, 1996; Kohli, 2004, pp. 277-87, e 2006; Guha, 2007, pp. 688-89; Pedersen, 2008, pp. 89-92; Sudde, 2008; Sharma, 2009, pp. 82-90, 104-21 e 139-63; Bardhan, 2009, pp. 65-72, 84-5 e 90ss).³

A Índia criou algumas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), de estilo chinês, mas elas não têm sido especialmente bem-sucedidas, privadas do meio neoliberal mais radical e aberto ofertado por aquele país, bem como de uma força de trabalho realmente qualificada e barata (Sharma, 2009, pp. 65-6). Por outro lado, a Índia deu passos significativos na produção farmacêutica e em particular no setor avançado de serviços, não obstante mais uma vez haver muita mistificação rondando a questão. Muitos vêem um verdadeiro salto nesse sentido, que traria o país ao centro capitalismo. Muito investimento estatal tem aí se concentrado, não apenas no que se refere ao apoio de longo prazo às universidades e à pesquisa, mas igualmente através da criação de parques tecnológicos, com o estado central subsidiando uma infra-estrutura simples (energia estável e comunicações por satélite eficientes), bem como apoio seletivo e proteção

³ As remessas de expatriados indianos têm sido as mais altas de todo o mundo: elas alcançaram a espantosa soma de 11.585.699 de dólares em 2000. São altas no Paquistão também. Ver Bush, 2007, p. 62.

limitada. Pode-se encontrar, entre os indianos (especificamente as classes médias) uma efetiva celebração e orgulho deste acesso de crescimento e parcial mudança para melhor da economia: eles vêem seu país como superando os obstáculos do subdesenvolvimento. Uma mirada mais próxima deveria diminuir muito desse entusiasmo. Não apenas utilizam os “call centres”, quaisquer que sejam os “upgrades” que alguns deles tenham experimentado mais recentemente, trabalhadores de língua inglesa baratos, mas também problemático apresenta-se o setor de software, consistindo, embora não exclusivamente, de terceirização operada para firmas de outros países e a customização de aplicações de programas já existentes para firmas dos Estados Unidos, contando com as vantagens comparativas de treinamento, trabalho barato e diferenças temporais devido à localização. A maior parte do trabalho realizado, a despeito da perícia e do tamanho bastante razoável de muitas companhias indianas, por ora reitera o padrão de ponta de baixo valor dirigida ao mercado externo que foi assentada bem em seus inícios. Ademais, o investimento em hardware, e mesmo em semicondutores, tem se esquivado a esforços limitados, que foram realizados já nos anos 1980, e esperanças não efetivamente cultivadas; para piorar, os engenheiros estão se tornando escassos e mais caros; finalmente, não é claro se a inovação vem seguindo rumo sustentável (Evans, 1994, caps. 5-6; Kohli, 2006; Guha, 2007, pp. 685-88; Pedersen, 2008, pp. 94-102; Sharma, 2009, pp. 134-37; Lima, 2009; Mani, 2009).

Some-se a isso que se constata um severo e comum padrão de desenvolvimento regional desigual como resultado dos giros modernizadores na direção do crescimento econômico desde os anos 1980. Bangalore e umas poucas outras localidades, principalmente no sul, têm acolhido o investimento em tecnologia, porém em algumas outras áreas o crescimento tem sido igualmente intenso (por exemplo na área de Déli). Em contrapartida, outras regiões, em geral mais pobres anteriormente (tais como os

chamados estados BIAMRU states), têm aprofundado comparativamente seu atraso relativo, sem real compromisso governamental de alterar isso. Esses desequilíbrios têm gerado crescente migração interna (Guha, 2007, pp. 699-70; Sharma, 2009, p. 141; Lima, 2009). A pobreza diminuiu em certa medida, embora os serviços sejam o motor do crescimento, sem criar postos de trabalho bem pagos que possam oferecer uma solução para os pobres. Os serviços sociais (educação e saúde), que poderiam ajudar também, não têm progredido de modo algum, embora ao menos a população indiana seja jovem. O endividamento em particular, ou assim parece, produziu o trágico fenômeno da gigante onda de suicídio entre agricultores nas últimas décadas (Guha, 2007, pp. 691-93ss; Sharma, 2009, pp. 139-40). Transferências de recursos, que hoje buscam inspiração no Bolsa Família brasileiro, e de modo geral têm em Sen (1995) uma base teórica neoliberal e profundamente individualista, servem de instrumento para o combate – ou administração – da pobreza extrema no país (Jhabvala e Standing, 2010; Vyasulu, 2010).

Uma comparação com as outras economias no subcontinente, no passado e no presente, inevitavelmente empresta ao desempenho da Índia uma aura de sucesso, com muito mais diversificação da economia e ascensão tecnológica, que são agregadas ao desenvolvimento da produção de bens de capital em alguns setores-chave, com o que o subdesenvolvimento diminuiu e um status semiperiférico foi alcançado. Acordos regionais e a própria área do sul da Ásia baixaram de valor para a Índia, economicamente, conquanto não politicamente, em termos de sua liderança geopolítica e em particular da disputa com o Paquistão – que vive nesse sentido uma profunda crise de identidade e de estratégia (Vanaik, 1990, pp. 258-59; Pedersen, 2008, p. 144; Akhtar, 2010) –, mas potencialmente também com a China. Isso não deve ser interpretado como se as coisas estivessem tão bem como poderiam estar, porquanto a comparação parta de

um limiar bastante baixo em termos de desenvolvimento. A estagnação ou uma reorientação na direção de uma estratégia voltada para a exportação, em conjunto com a continuidade de uma importante base agrária, são as possibilidades que têm sido exploradas para responder aos desafios da mais globalizada terceira fase da modernidade no sul da Ásia.

O Paquistão era inicialmente um país puramente agrícola. Mal possuía uma burguesia, que teve de criar a partir dos grupos de classe média que migraram com a Partição. Esse já não é mais o caso, com uma indústria simples tendo crescido desde então, com as exportações de algodão cru cumprindo importante papel (juntamente com algumas vestimentas). A estrutura social se diversificou, com a emergência das classes médias, embora a burocracia e o exército se mantivessem tão poderosos como antes. Mesmo nas áreas rurais, com uma revolução verde nos anos 1960, o capitalismo tornou-se predominante, com um aumento de produtividade e trabalho assalariado. Os grandes proprietários se converteram em fazendeiros capitalistas. As décadas de 1950 e 1960 foram dominadas por um estado muito intervencionista, com taxas razoáveis de crescimento, mas desde fins dos anos 1970 e em especial em 1999 ocorreu uma liberalização, neste último período acompanhada de um baque na economia. Posteriormente o desempenho se deteriorou de maneira dramática, com todos os países da região, especialmente a Índia, se saindo melhor do que o Paquistão, que claramente foi se evidenciando “pobre e subdesenvolvido”. Golpes militares e testes atômicos, isolando o país internacionalmente e levando a novas sanções, pioraram as coisas. O desenvolvimento social – ou sua falta, a rigor – é terrível e a pobreza aumentou estrepitosamente. A reforma agrária segue sendo uma necessidade. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Centre foi uma grande oportunidade para os círculos dominantes do país, pois o Paquistão estava se dissolvendo após mais um

golpe, recebendo desde então grandes somas de ajuda dos Estados Unidos para ajudar na luta contra o Talibã (o que faz de forma dúbia, porquanto de fato plasmou com eles uma aliança): ele se tornou na prática em certa medida um “estado rentista” e mantém uma aparência de potência regional, obviamente sobretudo se debatendo para tentar sobrepujar nos giros geopolíticos da própria Índia (Vanaik, 1990, pp. 75-6; Zaidi, 2004; Haqanni, 2005, p. 322; Hasan, 2007; Milam, 2009).

Bangladesh tem seguido uma trajetória mais virtuosa, conquanto circunscrita. Depois da separação do Paquistão – provocada em grande medida pela exploração direta de seus recursos pela parte ocidental do país, dominante politicamente –, experimentou com planos “socialistas”, nacionalizando muito da economia, salvo no setor rural, onde permaneceram mecanismos de mercado. A situação realmente se deteriorou e uma fome devastadora se abateu sobre o país em 1974, embora não houvesse de fato falta de comida. Uma via liberal foi perseguida desde então e a produção de têxteis para exportação – com vestimentas prêt-à-porter – emergiu como o setor-chave em uma economia que alcançava boas taxas de crescimento, juntamente com a manutenção de um setor de economia camponesa. Os indicadores sociais seguem sendo ruins, mas a situação das mulheres melhorou, em especial se comparada com o que ocorre no Paquistão (Milam, 2009). Por sua vez, a história do Sri Lanka mostra um padrão mais incerto. O caminho é em princípio familiar. De uma economia de “plantation” calcada em exportação de produtos primários, o país moveu-se na direção da ISI, em parte em conjunção com a nacionalização; programas de bem-estar foram importantes. Mas a estratégia não funcionou muito bem e uma liberalização e medidas que cortaram benefícios sociais (especialmente subsídios alimentícios) foram adotadas já em 1977, com as reformas aprofundadas na década de 1990. Uma indústria bastante bem-sucedida de vestimentas orientada à exportação, envolvida em cadeias globais de

mercadorias, assim como o turismo, começou a se desenvolver, até que logo o país foi paralisado pela brutal e interminável guerra civil entre a maioria sinala e a minoria tâmil, com a esperança de um aumento de IED em outras indústrias e na área de serviços desmentida devido à confusão interna (Kelegama, 2000; Knutsen, 2003).

Enfim, é importante considerar o esquema originado em Bangladesh de concessão de microcréditos visando aliviar a pobreza. Em 1976 um projeto de pesquisa-ação na área adjacente à Universidade Chittagong criou o Banco Grameen, que emprestava dinheiro aos pobres, sem garantias, de modo a gerar auto-emprego e aumento da renda. O governo expandiu sua operação por decreto em 1988 e ele passou a abarcar todo o país, fortalecendo o mercado interno e como meio neoliberal de criar o desenvolvimento através de indivíduos empreendedores entre os pobres, supostamente sendo as mulheres seus principais beneficiários, que são na prática contudo seus maridos (Houssain, 1988; Karim, 2008).

Regulação e consumo

A despeito dessas trajetórias diferentes em termos de desenvolvimento econômico, não apenas podemos discernir o estabelecimento de três fases da modernidade no sul da Ásia, mas também o peso da influência ocidental e, no período mais recente, neoliberal em uma série de outras questões, particularmente no que diz respeito aos padrões e meios de regulação da vida econômica, a preocupação principal da teoria da regulação. Vimos nesta conexão que um quadro neoliberal foi introduzido em todo o subcontinente e um ambiente orientado aos empresários, para além de aberto ao mercado, foi criado, representando uma inflexão forte em relação à vida econômica mais organizada pelo estado na segunda metade do século XX, graças à nova ofensiva modernizadora em que o estado tinha papel de destaque.

Nas últimas décadas um padrão específico e típico do capitalismo liberal dos Estados Unidos desde o começo do século XX – agências regulatórias independentes em áreas onde um monopólio natural ou uma tendência a restringir a competição prevalece – se converteu no que em especial o Banco Mundial vê como “melhores práticas”, uma vez que os contratos com os consumidores não podem funcionar aí ou o fazem apenas muito imperfeitamente. Isso subjaz também às concepções da Organização Mundial do Comércio (OMC) de agências regulatórias independentes. Com o advento do neoliberalismo como a doutrina dominante no começo da terceira fase da modernidade, essas agências se generalizaram globalmente. Foram porém estabelecidas precisamente naqueles países em que o liberalismo se originou ou onde fez sentir sua marca. Isso significou que elas se disseminaram através de todos os países do sul da Ásia, por outro lado tão distintos entre si, variações sendo encontradas entre eles nesse sentido também. As agências chegam a mais de 30 agora, cobrindo as telecomunicações e a eletricidade em todos eles (Índia, Bangladesh, Paquistão, Sri Lanka, Nepal – exceto Butão); ferrovias e portos, água, petróleo e gás são assim regulados, embora mais desigualmente. Isso levou ao que, em relação à Índia, tem sido chamado de uma passagem de “um estado intervencionista a um regulatório”. A regulação multi-setorial tem sido também comum, uma vez que os custos são altos e o pessoal especializado, escasso, bem como porque há tecnologias que cruzam diversos setores (Rudolf e Rudolf, 2001; Sanghi e Sarkar, 2004).

Essas agências têm sido salientes particularmente na Índia, mas muitos problemas devem ser assinalados. Elas foram aclimatadas aí como tribunais, sem qualquer definição constitucional real, mas com poder efetivo e em princípio autonomia. Como em geral e como alhures, suas relações com outros poderes estatais são tensas: o executivo, o legislativo e as cortes têm tentado influenciar seu

funcionamento. A lei estatutária, em molde britânico, como uma delegação do parlamento ao executivo, tem se originado dos ministérios, enquanto que o ativismo das cortes nas mesmas áreas complica a situação. No fim das contas não é evidente a quem essas agências respondem, se ao executivo ou ao parlamento, ou se são realmente autônomas. A isso se soma que os bancos centrais têm sido vistos como precisando de autonomia – seguindo um padrão neoliberal global geral. Eles seriam autônomos para regular o sistema financeiro, bem como matérias mais prosaicas como as taxas de câmbio, a inflação e a moeda. Seja formalmente ou de fato, como na Índia, eles têm operado com grande autonomia. Todavia, de maneira geral a eficiência e a autonomia dessas agências são baixas (Anant e Singh, 2006; Kapur e Metha, 2005; Metha e Ragawan, 2006; Pedersen, 2008, pp. 104-09; Bardhan, 2010, p. 64).

No bojo do tecido produtivo, os princípios de organização da economia indiana parecem permanecer predominantemente o mercado – via troca voluntária – e as hierarquias – via comando –, incluindo as relações com as companhias estrangeiras. A rede – por meio da colaboração voluntária –, embora certamente presente em alguns empreendimentos de alta tecnologia, não surge como aspecto destacado sequer da indústria indiana de software – ao contrário do que ocorre nas áreas avançadas de produção e inovação do capitalismo contemporâneo (Castells, 1996; Domingues, 2002, cap. 8). Trata-se de um indicador seguro do caráter mais limitado do tipo de inovação aí realizado, a despeito da fama de Bangalore como o Vale do Silício indiano. Ao menos a literatura não põe qualquer ênfase nas redes na Índia. Os outros países da região se acham ainda mais amarrados ao mercado e à hierarquia como os princípios que coordenam a vida econômica. Por outro lado, o consumo das classes médias indianas atingiu novo nível, vinculado à norma de consumo pós-fordista globalizada e polarizada que hoje abarca essas coletividades em todo o planeta, incluindo os outros países da

região, com flexibilidade muito limitada e subordinada a postos dependentes desempenhados pelo setor de informática. Não há muita mudança nos padrões de consumo dos pobres, não obstante sua posição material ligeiramente melhorada e políticas por vezes voltadas para o alívio à pobreza e o desenvolvimento do mercado interno de produtos básicos. O padrão indiano de acumulação é antes polarizado que flexível.

Os tipos de capitalismo do sul da Ásia

Podemos ver portanto que um novo “modo de desenvolvimento” emergiu no sul da Ásia. Porém, ele se bifurcou consistentemente, aprofundando uma divisão que começou exatamente no momento da independência desses países, quando a Índia fez um enorme esforço para se preparar para escapar do subdesenvolvimento. Isso está dando retorno agora, com os outros países da área travados e ficando bem para trás, com a parcial exceção de Bangladesh que, de um nível muito baixo de destreza econômica, tem dado alguns passos ultimamente com a produção industrial de baixo valor agregado. Esquemáticamente, em especial devido a seu Departamento I e a avanços tecnológicos, parece claro que a Índia foi capaz de chegar a uma posição semiperiférica, enquanto que outros países da região mantiveram-se presos a uma zona periférica, a despeito de diferenças entre eles. Pontos de partida, giros modernizadores e coalizões explicam esses rumos distintos.

A Índia se caracterizava por uma aliança entre a liderança do Congresso, extraída em grande medida das classes médias profissionais e vinculadas ao estado, com os maiores industrialistas do país, que aceitaram uma maior intervenção estatal na economia. Se a grande burguesia era a classe dominante na coalizão é questão em aberto ao debate, mas certamente ela tinha uma posição proeminente e encontrou uma

acomodação com o estado nehruviano, apesar de sua retórica socialista, uma vez que os negócios privados medraram em especial nas primeiras décadas após a independência. A coalizão assim promoveu o desenvolvimento do país, incluindo também os pequenos negócios e as classes médias superiores e agrárias, cada vez mais capitalistas. Esse “bloco histórico” específico deu à Índia seu tom particular de capitalismo, que era muito estatista, incluindo o planejamento central, e pró-pequenos negócios (embora dizer que era “anticapitalista” soe como um grande exagero). Ela expunha o que alguns marxistas chamaram de “regime intermediário” (devido à presença das classes médias) e Atul Kohli chama de um “estado fragmentado multi-classista” (Bardhan, 1984 e 1992, pp. 332ss; Vanaik, 1990, pp. 15-26; Kohli, 2004, p. 258). Os interesses empresariais foram cruciais para a conformação do funcionamento efetivo do estado em termos econômicos, em especial por meio de vários conselhos em que os industrialistas apareciam como uma força organizada, contando com suas associações. Estas tinham seu ápice na Federação das Câmaras Indianas do Comércio e da Indústria (FCICI) e nas Câmaras Associadas do Comércio e da Indústria (Assocham), representando, respectivamente, o capital nacional e o estrangeiro. Isso implicava real “cooperação entre empresariado e governo”. O sistema tornou-se mais centralizado, rígido, menos aberto desde os anos 1960, com o contato direto entre, por um lado, os empresários, e, por outro, burocratas e políticos aumentando e dando mais espaço para a corrupção e os elementos (neo)patrimoniais. De todo modo, laços entre burocratas e empresários na Índia nunca foram muito explícitos e estáveis, especialmente devido à heterogeneidade destes últimos, porquanto isso fosse deslocar o equilíbrio em uma ou outra direção, levando provavelmente a protestos (Kochanek, 1986 e 1996; Bardhan, 1992; Pedersen, 2008, pp. 131-33).

A terceira fase da modernidade foi anunciada na Índia por uma mudança significativa nesse sentido, com uma coalizão modificada chegando ao poder, não apenas mediante a substituição de um partido pelo outro, mas em termos das bases de sustentação do estado. Já vimos como este se tem orientado mais aos empresários e como as classes médias mudaram suas perspectivas. Cumpre sublinhar o quanto a grande burguesia se tornou mais central e o capital estrangeiro, a despeito de limites, agora constitui parte da coalizão dominante. Isso tem uma contraparte nas organizações empresariais, com as antigas associações de engenharia convertendo-se na nova Confederação da Indústria Indiana (CII) e parcialmente deslocando tanto a FCICI e a Assocham. Sobretudo firmas grandes e mais avançadas, incluindo alta tecnologia, nacionais e estrangeiras, são representadas nesta última, ao passo que a FCICI abrange setores mais tradicionais, inclusive algumas firmas estrangeiras também. Ademais, a CII vem adotando perspectiva mais liberal, assim como mais profissional, afirmando ser parceira do estado e sustentado a continuidade das reformas. A FCICI em particular acordou para o desafio e uma situação mais mesclada e dinâmica se estabeleceu, com ela em especial demandando alguma proteção para a indústria indiana, bandeira que não empunha só, porém. Por outro lado, os laços entre a burocracia e os empresários – sobretudo na indústria de software – podem haver se tornado mais próximos, com ao mesmo tempo mais autonomia e eficiência da parte daquele, para não falar do papel desempenhado por tecnocratas sênior na reorientação neoliberal das políticas econômicas e da regulação (Kochanek, 1996; Pinglé, 1999; Vanaik, 2000, pp. 103-07; Pedersen, 2008, pp. 134-36; Bardhan, 2010, pp. 85-6).

Ao passo que os modelos organizados estatalmente de modernidade foram importantes no passado, o atual tipo de capitalismo que esses países têm abraçado os tem levado na direção de um quadro mais liberal. Todavia, especialmente no caso da

Índia isso se faz mais complicado, porquanto em sua mais recente ofensiva modernizadora alguns elementos de um estado desenvolvimentista tenham sido mantidos e em certo sentido reforçados, com o estado retendo uma presença poderosa e sem que sobreviesse uma desnacionalização, o capital estrangeiro cumprindo papel por ora de todo modo ainda subsidiário. Na verdade as tradições políticas, a serem examinadas depois, e o tamanho, inevitavelmente implicando características mais amorfas para o país e o estado, importam sobremaneira. Contudo, a Índia parece desfrutar de um “estado relativamente capaz”, que não é uma reprodução do japonês, do coreano ou do taiwanês, mas que se tem credenciado para impulsionar o desenvolvimento econômico, com perícia e intervenção inteligente, antes que autoritarismo, embora seja necessário de fato perguntar por que e se a população deveria oferecer apoio a essa coalizão pró-empresários e a esse tipo de desenvolvimento (Pedersen, 2008, p. 35; Kohli, 2006, pp. 367-68). Com efeito, há eloqüentes críticas ao desenvolvimento como tal, e especialmente ao papel do estado nisso, com suas versões nehruviana e contemporânea tendendo a serem misturadas em um modelo demoníaco, ao lado de uma influência gandhiana difusa e uma demanda de retorno a padrões civilizacionais do subcontinente índico. Estes consistiriam em uma “alternativa ao desenvolvimento”, sendo ademais cuidadosos com o meio-ambiente, sobretudo em relação às grandes represas que continuam a ser construídas na Índia, preservando-se assim formas “tradicionais” de vida (ver Nandy, 2003).⁴ Nos outros países da região, a dominação agrária e de grupos vinculados diretamente ao estado – com o exército sendo

⁴ Essas propostas implicam também giros modernizadores distintos, em uma mescla específica em que memória e criatividade, tradição índica e moderna, se juntam, embora aqueles que as apóiam em geral não o percebam.

em geral proeminente no Paquistão e Bangladesh, e agora inclusive no sistema democrático em vias de implosão no Sri Lanka – parece manter-se indelével nas coalizões dominantes, com problemas étnicos e regionais se destacando no Sri Lanka e no Paquistão.⁵ O interesse dessas coletividades no desenvolvimento é limitado, a despeito de certo impulso dado a indústrias baseadas na exportação.

Tudo isso deve ser posto contra o pano de fundo da situação regional em que a Índia está inserida, em particular sua disputa de meio século com o Paquistão pela hegemonia regional. Embora a Índia tenha emergido como um ator relativamente importante na política internacional nas últimas décadas, é aí que a essência de suas ambições e seu destino se concentram, a China pairando como uma ameaça a oriente. O peso geográfico da Índia, o peso de sua população, seu poderio militar a põem em uma posição relevante nesse sentido, a despeito de seu nível de relativo de (sub)desenvolvimento (ver Vanaik, 1990, pp. 258-59). Os outros países da área, com uma economia muito mais simples, muito menos poder militar, população e tamanho menores, se encontram em situação bem diferente, não obstante os esforços absurdos e amiúde quase desesperados do Paquistão para fugir disso, o que tem levado consistentemente a seu próprio desfalecimento, com agora uma derivação evidente na direção do mundo islâmico e da Ásia ocidental (Harrison, 2009; Zaidi, 2009). Seja como for, o tamanho da população da Índia e sua potencialidade de mercado lhe emprestam peso maior no plano global do que seu simples nível de desenvolvimento permitiria, como de resto supunham em princípio os autores “realistas” da teoria das relações internacionais (ver Morgenthau, 1949).

⁵ Há sugestões de que no Paquistão uma oligarquia de 500 pessoas conforma a “elite dirigente” (Cohen, 2004, pp. 68-9).

Palavras finais

Pelo exposto anteriormente, é possível dizer que a Índia logrou, não obstante problemas crônicos e a persistência da pobreza extrema da maior parte de sua população, um desenvolvimento econômico significativo ao longo do século XX e inícios do XXI. Construiu, ainda que de maneira amorfa, um estado desenvolvimentista relativamente eficaz (ao contrário do sugerem Evans, 1995 e, Kohli, 2004). Mas mantém-se na semiperiferia do sistema global e, embora seu tamanho lhe proporcione um impacto superior ao que sua estrutura interna em princípio permitiria, ainda mantém-se muito longe dos padrões de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, conquanto compartilhe com eles os padrões de consumo extensivo e polarizado que caracterizam hoje os processos de acumulação global, de maneira inclusive mais radical, mercê de sua trajetória anterior e da ascensão de classes médias mais amplas e consumistas.

Assim, a despeito do orgulho que avanços recentes podem gerar, mais cautela e modéstia devem servir de conselheiras a uma avaliação mais realista da situação da Índia contemporânea, mais além do nacionalismo e das teses da economia neoclássica que soem dar sustento a avaliações muito otimistas sobre sua trajetória, não obstante êxitos bastante concretas e perspectivas abertas em relação ao futuro.

REFERÊNCIAS

- Akhtar, Aasim Sajad (2010) “Pakistan: crisis of a frontline state”, *Journal of Contemporary Asia*, vol. 40.
- Amsden, Alice H. (2001) *The Rise of the “Rest”: Challenges to the West from Late Industrializing Economies* (New York: Oxford University Press).
- Anant, T. C. A. e Singh, Jaivir (2006) “Structuring regulation. Constitutional and legal frame in India”, *Economic and Political Weekly*, vol. 41, no. 2.
- Bardhan, Pranab (1984) *The Political Economy of Development in India* (Oxford: Blackwell).
- Bardhan, Pranab (1992) “A political economy perspective on development”, in Bimal Jalan (org.), *The Indian Economy: Problems and Prospects* (New Delhi: Penguin).
- Bardhan, Pranab (1998) “The state against society: the great divide in Indian social science discourse”, in Sugata Bose e Ayesha Jalal (orgs.), *Nationalism, Democracy and Development: State and Politics in India* (New Delhi: Oxford University Press).
- Bardhan, Pranab (2000) “The political economy of reform in India”, in Zoya Hasan (org.), *Politics and the State in India* (New Delhi: Sage).
- Bardhan, Pranab (2010) *Awakening Giants, Feet of Clay: Assessing the Economic Rise of China and India* (Princeton, NJ: Princeton University Press).
- Boyer, Robert (1986) *La Théorie de la regulación: une analyse critique* (Paris: La Découverte).
- Boyer, Robert and Saillard, Yves (orgs.) (2002) *Théorie de la regulación: l'état des savoirs* (Paris: La Découverte).
- Bush, Ray (2007) *Poverty & Neoliberalism: Persistence and Reproduction in the Global South* (London e Ann Arbor, MI: Pluto).

- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo (1969) *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica* (México: Siglo XXI, 1972).
- Castells, Manuel (1996) *The Network Society. The Information Age: Economy, Society and Culture*, vol. 1 (Malden, MA e Oxford: Blackwell, 2000).
- Chase-Dunn, Christopher (1998) *Global Formation: Structures of the World-Economy* (Lanham, MD: Rowman & Littlefield, edição revista).
- Chatterjee, Partha (1993) *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories* (Princeton, NJ: Princeton University Press).
- Cohen, Stephen Philip (2004) *The Idea of Pakistan* (Washington, DC: Brookings Institution Press).
- Domingues, José Maurício (2002) *Interpretando a modernidade. Imaginário e instituições* (Rio de Janeiro: FGV Editora).
- Domingues, José Maurício (2003) “Amartya Sen – a liberdade e o desenvolvimento”, in *Do ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).
- Domingues, José Maurício (2011) “Desenvolvimento e dependência, desenvolvimentismo e alternativas”, in *Teoria crítica e (semi)periferia* (Belo Horizonte: Editora UFMG).
- Domingues, José Maurício (2012) *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: towards a Renewal of Critical Theory*. New York e London: Routledge.
- Evans, Peter (1995) *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation* (Princeton, NJ: Princeton University Press).
- Fernandes, Leela (2006) *India's New Middle Class: Democratic Politics in an Era of Economic Reform* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press).

Frank, Andre Gunder (1998) *ReOrient: Global Economy in the Asian Age* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press).

Guha, Ramachandra (2007) *India after Gandhi: the History of the World's Largest Democracy* (New York: Harper Perennial, 2008).

Harrison, Selig S. (2009) "Global terrorism: US policy after 9/11 and its impact on domestic politics and foreign relations of Pakistan", in Rajshree Jetly (org.), *Pakistan in Regional and Global Politics* (New Delhi e Milton Park, Abingdon: Routledge).

Hasan, Parvez (2007) "Role of the state in Pakistan economy. Assessing the past and exploring future challenges", *Economic and Political Weekly*, vol. 42, no. 18.

Hobson, John M. (2004) *The Eastern Origins of Western Civilization* (Cambridge: Cambridge University Press).

Houssain, Mahabub (1988) *Credit for Alleviation of Rural Poverty: the Grameen Bank in Bangladesh* (Washington, DC: International Food Policy Research Institute).

Jhabvala, Renana e Standing, Guy (2010) "Targeting the 'poor': clogged pipes and bureaucratic blinkers", *Economic and Political Weekly*, vol. 45, nos. 26-27.

Kapur, Devesh e Metha, Pratap Bhanu (2005) *Public Institutions in India. Performance and Design* (New Delhi: Oxford University Press).

Karim, Lamia (2008) 'Desmystifying micro-credit: The Grameen Bank, NGOs, and neoliberalism in Bangladesh', *Cultural Dynamics*, vol. 20.

Kelegama, Saman (2000) "Development in independent Sri Lanka: what went wrong?", *Economic and Political Weekly*, vol. 35, no. 17.

Kochanek, Stanley A. (1985) "The politics of regulation: Ravij's new mantras", *Commonwealth and Comparative Politics*, vol. 23.

Kochanek, Stanley A. (1996) "Liberalization and business lobbying in India", *Commonwealth and Comparative Politics*, vol. 34.

- Kohli, Atul (2004) *State-Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Kohli, Atul (2006) “The politics of economic growth, 1980-2005 in India” – Parts I-II, *Economic and Political Weekly*, vol. 41, nos. 13-14.
- Kutnetsen, Hege M. (2003) “Globalization and the garment industry in Sri Lanka”, *Journal of Contemporary Asia*, vol. 33.
- Lima, Marcos Costa (2009) “As tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento: modelos brasileiro e indiano”, in Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirst (orgs.), *Brasil, Índia e África do Sul: desejos e oportunidades para novas parcerias* (São Paulo: Paz e Terra).
- Mandel, Ernest (1972) *Late Capitalism* (London: New Left Books, 1975).
- Metha, Pradeep S. e Regavan, Srivinas (2006) “Institutional independence in India”, *Discussion Paper*, CUTS C-CER, Jaipur.
- Morgenthau, Hans J. (1949) *Politics among Nations: the Struggle for Power and Peace* (New York: Alfred A. Knopf, 1967).
- Nandy, Ashis (2003) *The Romance of the State and the Fate of Dissent in the Tropics* (New Delhi: Oxford University Press).
- Pedersen, Jørgen Dige D. (2008) *Globalization, Development and the State: the Performance of Brazil and India since 1990* (Basingstoke: Palgrave Macmillan).
- Pinglé, Vibha (1999) *Rethinking the Developmental State: India's Industry in Comparative Perspective* (New York: Saint Martin's Press).
- Rudolf, Loyd I. e Rudolf, Susanne H. (2001) “Redoing the constitutional design: from an interventionist to a regulatory state”, in Atul Kohli (org.), *The Success of Indian Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press).

Sanghi, Apurva e Sarkar, S. K. (2004) “Institutional approach to regulation and competition in South Asia”, *International Journal of Regulation and Governance*, vol. 4.

Sen, Amartya (1999) *Development as Freedom* (New York: Knopf).

Singh, Yogendra (1986) *Modernization of Indian Tradition (A Systematic Study of Social Change)* (Jaipur e New Delhi: Rawat, 2007).

Surie, Gita S. (2008) *Knowledge, Organizational Evolution, and Market Action: the Globalization of Indian Firms from Steel to Software* (Cheltenham e Northampton, MA: Edward Elgar).

Vanaik, Achin (1990) *The Painful Transition: Bourgeois Democracy in India* (London e New York: Verso).

Vanaik, Achin (2000) “The social character of the Indian state”, in Zoya Hasan (org.), *Politics and the State in India* (New Delhi: Sage).

Vithal, B. P. R. (1998) “Evolving trends in the bureaucracy”, in Partha Chatterjee (org.), *State and Politics in India* (New Delhi: Oxford University Press).

Vyasulu, Vinod (2010) “Brazil’s ‘Fome Zero’ strategy: can India implement cash transfers?”, *Economic and Political Weekly*, vol. 45, nos. 26-27.

Wallerstein, Immanuel (1975) “Semiperipheral countries in the contemporary world”, in *The Capitalist World-Economy* (Cambridge: Cambridge University Press e Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme).

Weber, Max (1920b) *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Zwischenbetrachtung: Theorie der Stufen und Richtungen religiöser Weltablehnung*, in *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologia*, vol. 1 (Tübingen: J. C. B Mohr [Paul Siebeck], 1988).

Weber, Max (1920c) *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Hinduismus und Buddhismus*, in *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. 2 (Tübingen: J. C. B. Mohr [Paul Siebek], 1988).

Zaidi, S. Akbar (2004) *Pakistan's Economic and Social Development: the Domestic, Regional and Global Context* (New Delhi: Rupa & Co.).

Zaidi, S. Akbar (2009) "South Asia? West Asia? Pakistan: location, identity", *Economic and Political Weekly*, vol. 34, no. 10.